



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Correio Urbano

A3 POLÍTICA

Correio de Sergipe • Aracaju  
quinta-feira • 11 de junho de 2015

# MPE processará deputado estadual na segunda

Promotores de Justiça vão anunciar, em entrevista coletiva, os detalhes da ação de improbidade administrativa

Habacuque Villacorte

O Ministério Público Estadual (MPE) de Sergipe, por intermédio da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, vai ajuizar, na próxima segunda-feira (15), a primeira Ação Civil Pública de improbidade administrativa contra um deputado estadual, fruto da investigação sobre a má aplicação das verbas de subvenção da Assembleia Legislativa. O Jornal

Correio de Sergipe ainda não tem a informação sobre qual o parlamentar será processado, mas sabe-se que esta será uma das ações que serão impetradas contra os deputados.

Também na segunda-feira, a partir das 9 horas, na sede do Ministério Público Estadual, os promotores de Justiça Henrique Ribeiro Cardoso, Bruno Melo e Jarbas Adelino darão todos os detalhes sobre a Ação Civil Pública, em uma entrevista coletiva que será concedida à imprensa.

Depois que o Ministério Público

## MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL AINDA NÃO REVELOU QUEM É O DEPUTADO QUE SERÁ ALVO DA AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Federal fez as oitavas das testemunhas de acusação e as iniciou com as testemunhas de defesa para investigar o possível uso

irregular das verbas de subvenção nas campanhas eleitorais de 2014, o Ministério Público Estadual passou a investigar os repasses e possíveis crimes contra o erário, em que parlamentares e representantes de associações poderão responder por ações cíveis e criminais.

Recentemente, o promotor Jarbas Adelino informou que existem 24 procedimentos instaurados no Ministério Público Estadual, sendo um para cada deputado ou ex-deputado. Como os parlamentares possuem foro especial e como a investigação

do MPE é um processo criminal, pesa o foro especial do deputado, que só poderá ser processado junto ao Tribunal de Justiça.

Retirada a questão eleitoral da aplicação das verbas de subvenção, o Ministério Público Estadual assume as investigações para apurar supostos crimes contra o erário público, tendo em vista que a própria Procuradoria Eleitoral, em dezembro passado, já havia constatado que R\$ 12,4 milhões do montante das verbas de subvenção referentes ao exercício de 2014 teriam sido desviados

de sua finalidade.

O Ministério Público Estadual está investigando supostos crimes de peculato, lavagem de dinheiro e, provavelmente, de sonegação fiscal porque os representantes das associações receberam o dinheiro público e não declararam. Também podem responder por improbidade administrativa. O MPE quer descobrir a destinação do dinheiro fora do âmbito do processo eleitoral. São processos cíveis e criminais que vão correr no âmbito da Justiça Federal e da Justiça Estadual.